

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.993 - MS
(2019/0039634-1)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : NILTON KIYOSHI KURACHI E OUTRO(S) - MS006732B
EMBARGADO : JOAQUIM AUGUSTO BRAVO CALDEIRA
ADVOGADO : FELIX JAYME NUNES DA CUNHA E OUTRO(S) - MS006010

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo **Estado do Mato Grosso do Sul**, contra decisão de fls. 797/800, pela qual foi negado provimento ao agravo em recurso especial interposto, aos seguintes fundamentos: (I) incidência da Súmula 284/STF no tocante à alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, ante a deficiência de fundamentação recursal; (II) quanto à alegação de ofensa ao art. 18 do CPP, também aplicável o óbice da Súmula 284/STF, pois a mera indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal não enseja a abertura da via especial; e (III) o recurso especial não ultrapassa a barreira da admissibilidade, à incidência da Súmula 283/STF, tendo em vista que o recorrente não teria impugnado fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido.

A parte embargante, em suas razões, sustenta haver omissão no **decisum** embargado, sustentando, em síntese, que *"o Ministro Relator, embora tenha feito alusão em seu relatório, não apreciou a tese de violação ao art. 3º da Lei 6.830/80. No entanto, ao não considerar esta argumentação, a decisão recorrida não permite que o ora embargante conheça todos os limites das razões utilizadas na decisão recorrida, o que constitui omissão a ser sanada pela via dos embargos de declaração, nos termos do art. 1022, II, do CPC"* (fls.805/806).

Aberta vista à parte embargada, foi apresentada impugnação às fls. 812/815.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Não prospera a irresignação da parte embargante.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das referidas deficiências.

Ora, a decisão embargada não foi omissa ao decidir pela impossibilidade de conhecimento do recurso especial interposto pela ora embargante, ante a incidência, à espécie, da Súmula nº 284/STF no tocante à apontada violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015. Isso porque tal alegação se fez de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro, restando nítida a deficiência recursal no ponto.

Por outro lado, não há falar em omissão na decisão com relação à alegada ofensa ao art. 18 do CPP, tendo em vista ter o **decisum** embargado registrado claramente que a mera indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu na presente hipótese. Assim, tornou-se aplicável, mais uma vez, o óbice da Súmula nº 284/STF.

Ademais, a decisão objurgada consignou, de forma clara, que a parte embargante teria deixado de refutar o fundamento do acórdão recorrido de que *"diante de dúvida razoável, não está o Fisco autorizado a lançar o tributo a partir de presunções, sob pena de grave e insuportável insegurança jurídica, além de violação ao princípio da legalidade tributária"*, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que prevê que *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*

Dessa forma, não ultrapassando a barreira da admissibilidade recursal o apelo raro, não há falar em omissão no tocante à questão referida nas razões de recurso especial acerca de alegada violação ao art. 3º da LEF, porquanto não ser possível, na espécie, sequer apreciar o mérito recursal.

Como se vê, não existe omissão no julgado embargado capaz de abrir portão para o cabimento dos embargos aclaratórios. Aliás, da própria fundamentação do

recurso aclaratório apresentado pelo embargante vê-se que sua intenção é apontar a existência de **error in iudicando**, propósito esse incompatível com a via integrativa.

Inexistente, pois, qualquer obscuridade, contradição, erro material ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. É nítido o intuito protelatório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 545.285/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 1º/8/2006).

ANTE O EXPOSTO, rejeitam-se os embargos declaratórios.

É o voto.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sérgio Kukina, Relator